



ATA Nº 8

REUNIÃO DE JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE TRÊS POSTOS DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL, NA ÁREA PROFISSIONAL DE SAPADOR FLORESTAL

Ao nono dia do mês de julho do ano dois mil e dezoito, pelas catorze horas, nas instalações do Departamento de Recursos Humanos, reuniu o júri do procedimento concursal em epígrafe, nomeado por despacho da Sr.^a Vereadora do Departamento de Recursos Humanos de 21 de setembro de 2017, na proposta de abertura do concurso (Informação n.º 104/DGRH/APG/CP_PO, de 20 de setembro de 2017).

Presentes:

- Dr. Rui Miguel Rodrigues Máximo dos Santos, Chefe da Divisão de Serviços Públicos e Ambientais, que substitui a presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Dr. Cândido Miguel Nascimento Esteves, Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos;
- Dr.^a Carmen Anjos Pereira da Silva, Técnica Superior da Divisão de Gestão de Recursos Humanos.

Deliberou o júri, por unanimidade, proceder à seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise de requerimento apresentado por candidato.

O júri deliberou, por unanimidade, proceder à apreciação do requerimento apresentado por **José Pedro Pereira Caldeirinha**, com registo de entrada datado de 05/07/2018, anexo à presente ata.

O candidato solicita a remarcação do segundo método de seleção obrigatório - Avaliação Psicológica.

O procedimento concursal, obedece aos princípios da liberdade de candidatura, de igualdade de condições e de igualdade de oportunidades para todos os candidatos.

Os princípios que postulam o procedimento concursal vedam atuações e decisões que consubstanciem ou impliquem um tratamento diferenciado dos candidatos, irrelevante para

a capacidade e preparação necessárias à ocupação do posto de trabalho e ditado por situações individualizadas e concretas.

O candidato foi notificado da calendarização do segundo método de seleção obrigatório (Avaliação Psicológica) em simultâneo com os demais candidatos, por ofício registado, conforme previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, de acordo com o legalmente previsto.


De acordo com os registos dos CTT, o ofício foi entregue no dia 30/05/2018.

Face ao exposto, e sob pena de se conferir discriminação/desigualdade positiva de tratamento ao candidato, deliberou o Júri pelo indeferimento do pedido em análise.

Por último, deliberou o júri notificar o candidato.

Não havendo mais assuntos a considerar foi encerrada a reunião.

O JÚRI



(Rui Máximo)



(Cândido Esteves)



(Carmen Silva)